

PLANO E MEMÓRIA DE REUNIÃO

1. PLANO DE REUNIÃO	
TEMA – ASSUNTO PRINCIPAL DA REUNIÃO	
II Encontro GTSIS 2014	
Nº	PAUTA
1	Abertura e Informes Gerais
2	Avaliação Siconfi 2014 e 2015.
3	Introdução x-BRL. Arquitetura da taxonomia.
4	Instância de contas anuais
5	Arquitetura da taxonomia
6	Introdução a MSC – x-BRL GL
7	

2. MEMÓRIA DE REUNIÃO (ATA)			
Data	Hora (início)	Hora (término)	Relator
01/09 a 02/09	09h00	18h00	Equipe CCONF

COORDENADOR DA REUNIÃO CONJUNTA
Thiago de Castro Sousa (GENOP/CCONF/STN)

TITULARES INDICADOS PELAS INSTITUIÇÕES

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
1	IVONE DOS SANTOS SILVA	CNM
2	MAICON ELVIS DOS SANTOS	
3	GUILHERME CECCATO	CESEF
4	DANIEL MANIEZO BARBOZA	COPEM
5	IVONE MARIA LIMA DUQUE ESTRADA	CJF
6	KLEBER DE SOUZA	COREM
7	CÁTIA MARIA FRAGUAS VEIGA	ABM
8	DANIEL BOER DE SOUZA	ABRASF
9	PAULO ROBERTO RICCONI GONÇALVES	ATRICON
10	FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA	CONOF
11	ANA PAULA SOUSA	SIOPS
12	ROBERTO DE CARVALHO COUTINHO	IRB
13	FERNANDO DE MACEDO DUARTE	
14	WAGNER YUICHI CAPELLI	GEFIN
15	MARCELO INOCÊNCIO PEREIRA	
16	PEDRO DE ALMEIDA MARQUES	CONACI
17	MÁRCIO NUNES DE RESENDE	SIPREV/RPPS
18	ROMEU BIZO DRUMOND	MPF
19	BRUNO DE SOUSA SIMÕES	CCONF
20	RENATO PONTES DIAS	CCONT
21	PRISCILA KARLA DA SILVA WINK	CNJ

SUPLENTES INDICADOS PELAS INSTITUIÇÕES

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
1	FABIO FELIPE DAQUILLA PRATES	CESEF

2	ALCIMAR BONOME	IRB
3	PAULO ROBERTO RICCIONI GONÇALVES	
4	SILVIA MARTINS	CNM
5	ALAN FERNANDES PIMENTA	ATRICON
6	PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE MELO	
7	CARLOS MAGNO FERREIRA	SIOPS
8	DANIEL CARNEIRO DE AGUIAR	MPF
9	RENATO PEREZ PUCCI	CCONF
10	BÁRBARA VERÔNICA DIAS MÁGERO VIANA	CCONT

ASSESSORES TÉCNICOS INDICADOS PELAS INSTITUIÇÕES

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
1	PAULO MASSARU UESUGI SUGIURA	ATRICON
2	FELIPE SOBREIRA CUNHA	SIOPS
3	LEANDRO MOREIRA SOUTO	CCONF
4	BRUNO MASCARENHAS DA SILVEIRA VENTIM	
5	RODRIGO NUNES MEDEIROS	
6	THIAGO DE CASTRO SOUSA	
7	VERA LUCIA ARAUJO DE ALENCAR PORTUGAL	CCONT
8	LIANE FERREIRA PINTO	
9	TIAGO MARANHÃO BARRETO PEREIRA	

CONVIDADOS COM INSCRIÇÃO HOMOLOGADA

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
1	ADRIANA FURTADO DOS SANTOS	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
2	ADRIANO BARBOSA DOS SANTOS	SECRETARIA DE FAZENDA DE SÃO PAULO
3	ADRIANO ROBERTO GRINGS PEZZINI	PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO
4	ALCIDES TADEU BRIENSE DE OLIVEIRA	SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
5	ALESANDRO LUCIO CILLI JUNIOR	SECRETARIA DE FAZENDA DE SÃO PAULO
6	ALESSANDRA LIMA ALVES	SECRETARIA DE FAZENDA DO RIO BRANCO
7	ALLAN JONSON PICCINI	BETHA SISTEMAS LTDA
8	ANA CLAUDIA LOPES GABINO	PREFEITURA DE PALMAS
9	ANA FERREIRA ALVES MARTINS	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE OCANTINS
10	ANA MARIA SANTANA DE LIMA	CODERP - RIBEIRÃO PRETO/SP
11	ANDRE RICARDO VIEIRA	SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
12	ANNA PAULA SERVO DE ARAÚJO	CONSULTORIA ECONÔMICA E CONTÁBIL
13	ANTONIO DIEGO CAVALCANTI DE FARIAS TAVARES	TC CONSULTORIA
14	BARBARA MARIA PASSOS LIMA	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
15	BEATRIZ REGINA HAUBRICH	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
16	BRUNO FABRÍCIO FERREIRA DA ROCHA	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
17	CAETANO LABORDA NOBRE DO NASCIMENTO	WORKIVA
18	CASSIANO LHOPES MORENO	STAF TECNOLOGIA
19	CLAUDIA EMILIA SIQUEIRA ROSA	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RIBEIRÃO PRETO
20	CLEITON TAVARES DE OLIVEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEM PARAIBA
21	DANTE MURILO PETTER	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
22	DENILSON COELHO NEVES	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

23	EDER GALICIANI	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
24	EDILBERTO PONTES HALL	SECRETARIA DE FAZENDA DE RIO BRANCO
25	EDMAR BERGAMO MARTINS DO NASCIMENTO	EQUIPLANO SISTEMAS
26	EDUARDO HENRIQUE LEITNER	COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS/STN
27	ELANE SILVA ATAIDES	PREFEITURA DE PALMAS
28	ELISANGELA SANTOS FERNANDES	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
29	EZIO ALEXANDRE GONÇALVES ALVES	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
30	FÁBIO MARTINS MATTOSO CÂMARA	PREFEITURA DO CARMO
31	FERNANDO GILNEI DA SILVA	PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO
32	GILMAR RITTER	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
33	GILNEI DOMINGOS PAZ DA SILVA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
34	GIOVANNA FERNANDA BORGES	LOGUS INFORMÁTICA
35	GLAUCIA CRISTINA SONDA	INDRA- COMPANY
36	GUSTAVO PIRES KRÜGER	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
37	HEBER LIMA DA COSTA	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
38	HENRIQUE SIMBERG VALINHOS	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
39	HORÁCIO DE MOURA SEPTÍMIO	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS
40	ILSON CAMOLEZI JUNIOR	SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
41	ITALO LÚCIO CALDERÓN CANESSA	PREFEITURA DE MANAUS
42	JADER ELIAS FRANZ	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS
43	JAYRO JANUÁRIO DOS SANTOS NETO	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
44	JOSE AUGUSTO VIEIRA CAMPOS	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
45	JOSÉ MARILSON MARTINS DANTAS	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
46	JOSEDILTON ALVES DINIZ	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
47	JULIANO DE PROENÇA SOARES	CONSULTORIA ECONÔMICA E CONTÁBIL LTDA
48	JULIO CÉSAR FERREIRA	CONSULTORIA ECONOMICA E CONTÁBIL LTDA
49	KARLA DE LIMA ROCHA	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
50	KEILA CRISTINA REIS	PREFEITURA DE BELO HORIZONTE
51	KERCHEM ELTEQUE DE OLIVEIRA PEREIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
52	LEANDRO REIS	BM&FBOVESPA
53	LINDEMBERG SILVA PEREIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE
54	LUANA RAFAELA APARECIDA SPINA FREIRE	CONSULTORIA ECONÔMICA E CONTÁBIL LTDA
55	LUIZ ANTÔNIO SANTOS MEDEIROS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
56	LUIZ ERNANI SACHSER	PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO
57	LUIZ GONZAGA COSTA	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
58	LUIZ GONZAGA GOMES DERCY	PREFEITURA DE CARMO
59	LUIZ PEREIRA DOS SANTOS	PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO
60	MARCELLO HYBERNON CAVALCANTI	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
61	MARCELO INOCENCIO PEREIRA	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
62	MARCIO BRITO DE CAMARGO	CONSULTORIA ECONÔMICA E CONTÁBIL LTDA
63	MARCIO DA SILVA	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO ACRE
64	MARCO AURELIO DA SILVA SEVALHO	PREFEITURA DE MANAUS
65	MARCO OLÍMPIO MEDEIROS MENEZES DE OLIVEIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE
66	MARCOS ALEXANDRE HOEPFNER JUNIOR	EQUIPLANO SISTEMAS
67	MARCOS AUGUSTO BEZERRA BARROSO	ASPEC INFORMÁTICA
68	MARCOS GERTLER	SAMAE - Contabilidade - São Bento do Sul

69	MARCOS IDE	SECRETARIA DE FAZENDA DE SÃO PAULO
70	MARCOS UCHOA DE MEDEIROS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA
71	MARCUS ANTONIO DE SOUZA	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
72	MARGARETH BRAGA NEVES FRAGOSO	PREFEITURA DE BELO HORIZONTE
73	MARIZA NUNES	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
74	MERYELLE DE MELO CAMPERO VASQUEZ OLIVEIRA	INDRA- COMPANY
75	MOISÉS ROCHA BRITO	INSTITUTO BAIANO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
76	OSVALDO ROBERTO DE PAULA	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
77	PAULO CEZAR CZARNEWSKI	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
78	PAULO RICARDO MÄHLER	CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO
79	RAFAEL PAULI	BETHA SISTEMAS LTDA
80	RAIMUNDO NONATO FARIAS	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
81	RAPHAEL CARDOSO MACEDO	PREFEITURA DE CARMO
82	ROBERTO LEANDRO DE SOUZA SILVA	EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
83	SALOMÃO DE OLIVEIRA FILHO	PREFEITURA DE IBIRATAIA
84	SERGIO PAULO VIEIRA VILLAÇA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
85	SHEILA DE OLIVEIRA GOULART	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
86	SILVANIA PEREIRA DOS SANTOS	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE TOCANTINS
87	SILVIA SILVA DE SOUZA	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO ACRE
88	SIMONE APARECIDA PELEGRINI	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO
89	SIMONE SASSI FIGUEIRA	CIA DESENVOLVIMENTO DE RIBEIRÃO PRETO
90	SORAYMA SOARES DE ALMEIDA VIANA	SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE TOCANTINS
91	THAIS CRHISTINE OLIVEIRA MACHADO ARRAES	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
92	TIAGO IVANILDO SNAKEVICZ	EQUIPLANO SISTEMAS
93	TIAGO RODRIGUES DE MORAIS	PREFEITURA DE PALMAS
94	UBIRAJARA FLORES AUGUSTO	ASPEC INFORMÁTICA
95	VICTOR LAMARK COSTA BRASIL	ASPEC INFORMÁTICA
96	WARLEY FERREIRA GOIS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE TOCANTINS
97	ZILMA FERREIRA DOS SANTOS	PREFEITURA DE SÃO PAULO

27/11/2013 – Quarta-Feira - 09h as 18h

1. Abertura e Informes Gerais

O Subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional (SUCON/STN), Gilvan, apresentou a pauta da reunião conjunta e tratou das expectativas de implantação do SICONFI.

O Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação (CCONF), Leonardo, informou que o foco principal da Pauta Conjunta é o SICONFI. Informou ainda que um dos objetivos da reunião é definir uma data de corte anual do PCASP. Detalhou a pauta da reunião. Além disso, tratou das três fases do SICONFI, e de como será feita a coleta dos dados e a consolidação nos anos de 2014 (fase 1) e 2015 (fase 2). Deu uma breve explicação sobre a Portaria STN nº 634/2013. E solicitou a participação dos presentes.

A Coordenadora de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação (CCONF), Raquel, deu informes gerais e ressaltou a importância das Reuniões dos Grupos Técnicos.

Em seguida, o Subsecretário de Contabilidade Pública, Gilvan, contextualizou a aplicação, abrangência e escopo da Portaria STN nº 634/2013.

O Gerente de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal (GENOP), Thiago, deu informes gerais e explanou os assuntos que serão tratados na Reunião. O Gerente de Projeto, Bruno, e a Gerente de Normas e Procedimentos Contábeis, substituta (GENOC), Carla, também se pronunciaram.

2. Avaliação Balanço Siconfi 2014

O servidor Rodrigo Nunes Medeiros, Analista de Finanças e Controle em exercício no Núcleo de Consolidação das Contas Públicas – NUCOP, apresentou o histórico de ocorrências do Siconfi em 2014, com ênfase nas dúvidas dos usuários e estatísticas de utilização.

Após a apresentação, o participante Paulo – TCE/SP perguntou se a STN identificou o motivo dos municípios inadimplentes com a declaração de contas anuais ainda não terem enviado seus dados e solicitou a lista de municípios que ainda não enviaram suas declarações a fim de repassar a informação à ATRICON para que os Tribunais de Contas possam notificá-los. Foi respondido que o motivo do não envio não é de conhecimento, mas a STN tem feito contato com os municípios que tentam acesso e não conseguem.

Outra dúvida levantada foi sobre qual o procedimento do sistema quanto às delegações de funções na mudança de chefe do poder executivo. Foi esclarecido que a delegação de funções no caso de mudança do chefe do poder executivo e também na mudança de exercício será tratada na ferramenta de conformidade de usuários, a qual exige a confirmação se os usuários vinculados a cada ente devam permanecer ativos.

3. Avaliação Siconfi 2015

A implantação do Siconfi foi, além de uma mudança tecnológica, uma mudança cultural e como todo processo de transformação, trouxe impactos que farão parte da realidade de muitos a partir de agora no processo de prestação de contas. Para preparar o sistema para a utilização de 2015, serviram como premissas: as lições aprendidas 2014, o aumento do rol de relatórios em 2015, o aprimoramento dos mecanismos de recebimento, a busca por maior transparência, o incentivo ao uso do x-BRL e a introdução à Matriz de Saldos Contábeis (MSC).

Com o escopo mais abrangente em 2015, o Siconfi será acessado por uma quantidade consideravelmente maior de usuários. Além disso, a frequência de utilização também será superior, devido principalmente aos Demonstrativos Fiscais (RREO e RGF) que são enviados durante todo o ano.

Outras funcionalidades também foram acrescentadas ao Siconfi e farão parte do cotidiano da prestação de contas: Consórcios, Contratos de PPP, Declaração de Publicação de Relatórios, Declaração de Cumprimento de Limites, Atestar Competência Tributária, Conformidade de Usuários e Alteração de Periodicidade (para municípios com população inferior a 50 mil habitantes).

Foram descritos os próximos passos do Siconfi: iniciar a coleta da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, conversão da MSC em relatórios, inclusão de novas consultas (transparência e qualidade da informação) e fomento de utilização das instâncias X-BRL no Siconfi.

Foram feitos os seguintes questionamentos:

1 - Quando foi explicado sobre o rol de relatórios de 2015, foi comentado que, em 2015, o Siconfi só receberia informações aderentes ao PCASP, seguindo o que determina a portaria 634/2013 do STN.

Foi questionado por Ana, do Estado do Tocantins, se o prazo não seria prorrogado para quem não executou o ano de acordo com o PCASP, visto que, a maioria destes entes não consegue converter a execução, só os saldos contábeis.

Foi reforçado que a premissa básica do Siconfi é trazer o menor impacto possível para os seus usuários. Leonardo Silveira do Nascimento (STN) disse que este assunto também foi discutido em outros eventos, sendo que alguns Tribunais de Contas, como o de Santa Catarina, vão receber no modelo antigo e o Siconfi no modelo novo.

Leonardo explicou que as Contas Anuais envolvem três demonstrações: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstração de Variações Patrimoniais. Para o BP, pode-se utilizar o balanço de abertura de 2015 como sendo o do fechamento de 2014. Para o BO a adoção do PCASP não tem impactos. A DVP é onde está o maior problema: a dificuldade da transformação do modelo anterior para o modelo Patrimonial. A STN está desenvolvendo alguns trabalhos no sentido de viabilizar um DE-PARA que os entes poderão utilizar. Foi antecipado que, por ser um ano de transição, não haverá muito rigor no recebimento das informações. Está sendo escrita a minuta de portaria de orientação para o exercício de 2014, onde será dita a estratégia de coleta do próximo ano com todas as orientações pertinentes. Além disso, o Tesouro deve emitir uma Nota Técnica com contextualização e orientações.

2 - Kátia, da Associação Brasileira de Municípios questionou o prazo de envio demonstrado para o RREO do primeiro bimestre até 15/março.

Foi esclarecido que o 15 do slide se referia ao ano e não ao dia do envio.

3 - Heber, de Santa Catarina questionou se, com o envio da massa de dados (MSC) e o Siconfi gerando os relatórios, ficaria extinta a necessidade do município publicar suas declarações. Em caso negativo, perguntou se o Siconfi disponibilizará um mecanismo de exportação dos relatórios para divulgação nos demais meios, como o Diário Oficial etc.

Foi informado que a exportação dos Relatórios vai ser possível, salientando que a MSC será apenas em 2016, com base nas informações de 2015. Bruno Simões (STN) complementou que este encontro do GT nasceu de uma demanda por layout por parte dos entes e que, no futuro, o sistema vai migrar naturalmente para a MSC. Em 2015 o ente poderá enviar todos os relatórios com todos os meios de envio, inclusive instâncias x-BRL. Foi levado para o GT a instância das Contas Anuais para um primeiro contato. O processo continua o mesmo, podendo o ente utilizar os relatórios homologados como preferir.

4 - Sergio Villaça, Tribunal de Contas do Rio de Janeiro questionou a opção do município pela semestralidade no Siconfi, sendo que, o TC deve ser consultado pelo município e se manifestar se os pré-requisitos e limites foram atingidos.

Foi dito que o Siconfi vai fazer um cruzamento e uma avaliação dos pré-requisitos mas que entende-se que o ente não deve simplesmente mudar no Siconfi e entender que o processo está finalizado. Primeiro ele deve consultar o TC e, depois de aprovado, fazer o registro no Siconfi.

Sergio Villaça salientou que todos os poderes precisam cumprir seus limites para a adoção da semestralidade.

4. Introdução ao Padrão x-BRL.

O Analista de Finanças e Controle Bruno Simões deu início ao painel da tarde, apresentando o palestrante, Paulo Caetano, Analista do Banco Central, professor de mestrado da UNIFACS e membro do Comitê de Certificação do Consórcio x-BRL.

A palestra tinha início programado para às 14:00. Porém, devido a problemas técnicos, a palestra teve início às 14:17 horas.

O palestrante, Paulo Caetano, no início da palestra, se apresentou e citou experiências particulares com grupos no estudo e disseminação do padrão X-BRL no Brasil.

Após a apresentação, Paulo exibiu a estrutura da palestra, que fora dividida em três tópicos principais: a motivação para a utilização dessa tecnologia; uma introdução ao padrão X-BRL; e uma abordagem a respeito da especificação X-BRL 2.1.

Abordando o tópico “Motivação”, Paulo explicou que o padrão X-BRL deriva da linguagem de marcação XML, vastamente utilizada pelo mundo. Além disso, explicou que existe uma grande demanda por uma padronização da informação, facilitando o intercâmbio das informações, principalmente financeiras. Paulo comentou ainda que uma grande motivação para a utilização do padrão X-BRL foi o grande número de fraudes financeiras e as crises financeiras, que geraram uma perda de confiança nas práticas contábeis.

Dando continuidade, Paulo falou sobre o histórico e evolução do padrão, citando sua criação no ano de 1998, e a criação da primeira especificação, em 2000, baseada em XML e DTD. Em 2003, houve a recomendação do consórcio X-BRL para a especificação 2.1, baseada em XML Schema e XLink. Citou ainda a utilização do padrão em vários países, enfatizando os projetos dos governos da Austrália, Espanha, abordando a presença do X-BRL em toda a cadeia de informações e as jurisdições.

Paulo ainda mostrou a estrutura do padrão X-BRL, a qual utiliza módulos da linguagem XML, como XLink, XPath e XML Schema. Comentou ainda que a taxonomia possui um Schema, o qual possui linkbases de etiquetas, referências, cálculos, definições e de apresentação, explicando cada um deles. Comentou também a facilidade em alterar a taxonomia, desacoplando as regras de negócio das aplicações em software. Paulo disse ainda que as instâncias enviadas pelos Entes da Federação ao Tesouro Nacional provavelmente sofrerão duas validações, uma no momento do envio (pelo Ente) e outra pelo Tesouro, no momento do recebimento.

Entrando no último tópico, Paulo apresentou algumas informações a respeito da especificação X-BRL 2.1. Disse que as taxonomias podem ser interconectadas, estendidas ou modificadas, apresentando um esquema DTS. Disse também que as APIs, sejam elas “opensource” ou não, fazem a navegação entre os diversos links presentes em uma taxonomia. Apresentou informações a respeito de um documento de instância, mostrando suas características e atributos. Disse ainda que a instância deve ser criada com base em conceitos definidos pela taxonomia criada pelo usuário, no caso o Tesouro Nacional. Por fim, disse que o modo de transmissão esperado seria através de processo ETL, e não de inclusão manual pelo usuário.

Ao final, um participante na plateia não identificado fez uma pergunta ao Paulo se existem no mercado APIs específicas para o uso em X-BRL. Paulo respondeu que o mercado está bem aquecido nesse sentido e citou as da Fujitsu, Standards Reports e recomendou que se entrasse no site do consórcio X-BRL.org, na seção “Tools”, a qual contém indicações de empresas que fornecem esse serviço.

Outro participante da palestra perguntou ao Analista de Finanças e Controle Bruno Simões se nesse processo de criação das instâncias pelos Entes a STN irá disponibilizar um ambiente de testes para que eles possam validar o trabalho feito. Bruno respondeu que a vantagem de se utilizar uma API X-BRL na ponta significa que toda a validação será contra a taxonomia e ele poderia representar fielmente no seu ambiente. Falou ainda que o SICONFI possui alguns ambientes que podem ser disponibilizados para testes, mas que estes não possuem uma infraestrutura robusta para suportar todos os usuários e que, para isso, parcerias teriam que ser feitas. Mas frisou que é possível disponibilizar sim. O participante indagou que o problema é justamente se deparar com os problemas no momento da produção. Bruno respondeu que se ele tiver uma API para validar, eles só precisariam da taxonomia do Tesouro para gerar as instâncias.

5. Arquitetura da taxonomia

A palestra teve início com o Gerente de Normas e Procedimentos Fiscais Thiago de Castro Sousa apresentando o palestrante, o Analista de Finanças e Controle da STN Renato Perez Pucci.

Renato iniciou a palestra explicitando os pontos a serem percorridos durante a palestra, apresentando a estrutura da apresentação.

Dando continuidade, Renato comentou sobre a importância do documento de arquitetura da taxonomia para o projeto SICONFI, que segundo ele serve como base tanto para a criação quanto para a manutenção da taxonomia como um todo. Além disso, comentou que esse documento é responsável também por prover materiais de base para a criação de documentos adicionais que apoiarão desenvolvedores de software e os demais usuários da taxonomia SICONFI. Falou ainda que a taxonomia tem que ser adequada para representar toda a informação no âmbito do SICONFI, explicitando os tipos de informação coletadas. Disse ainda que existe a necessidade de separar as informações de detalhe dos relatórios agregados.

Renato explicou que para o envio dos relatórios, bem como da Matriz de Saldos Contábeis – MSC, a taxonomia do SICONFI é fechada, não sendo permitida sua extensão ou modificação. Porém, se a taxonomia do SICONFI for utilizada para outros fins, a mesma pode ser estendida ou modificada.

Ao falar sobre a estrutura da taxonomia SICONFI, Renato explicou que tal taxonomia é dividida em duas camadas: a camada definicional, que possui as pastas nas quais os elementos utilizados nos relatórios serão definidos; e a camada de relatórios, que possui as pastas dos grupos de relatórios que, por sua vez, possuem as pastas dos relatórios propriamente ditos. Além disso, explicou o conteúdo de cada pasta existente na taxonomia SICONFI.

Renato comentou ainda sobre as regras de nomenclatura, sobre o padrão criado para nomeação dos arquivos que compõem a taxonomia. Por fim, comentou sobre os processos de contextualização existentes no projeto, dando mais ênfase ao processo de Qualificação Completa, por ser o padrão utilizado pelo SICONFI. Além disso, finalizou a palestra tratando sobre a utilização da taxonomia X-BRL GL na taxonomia SICONFI, através dos perfis X-BRL GL e os tipos de documentos de instância X-BRL GL.

Ao longo da palestra, o Analista de Finanças e Controle da STN, Bruno Simões, fez algumas contribuições com exemplos mais práticos do assunto abordado.

6. Instância de contas anuais

O objetivo da apresentação é complementar a apresentação anterior a respeito do documento “Guia de Implementação” da taxonomia da Declaração das Contas Anuais - DCA. Para tanto, foi utilizada uma instância modelo da DCA (de municípios) para demonstrar e exemplificar os diversos componentes desse tipo de arquivo. A apresentação se iniciou com um breve resumo das apresentações anteriores, buscando evidenciar a cadeia lógica entre elas. Logo no início, foi esclarecido que não seria possível visualizar um documento de instância por completo, dado o seu tamanho. Foi feita a ressalva da unificação das receitas orçamentárias que em 2015 apresentará todas as receitas tributárias sem distinção da esfera da federação. Essa unificação traz consigo o risco de confusão no processo de digitação dos valores, contudo foi esclarecido que a taxonomia se utilizará de fórmulas para fazer a distinção entre os tributos estaduais e municipais (impedindo que o erro permaneça).

Os componentes de um documento de instância foram apresentados em sequência. O primeiro componente é a Declaração XML que tem como função identificar ao **parser** ou validador que a estrutura sintática a seguir deve ser compreendida sob a meta linguagem XML. Em sequência, o elemento raiz e a declaração de **namespaces** foram apresentados como segundo componente do documento de instância. Foi explicada a função do elemento raiz como necessidade de todo e qualquer arquivo escrito sob a meta linguagem XML e destacado que na especificação do padrão X-BRL, o elemento raiz sempre será <x-BRL>. A função da declaração de **namespaces** é identificar que todo e qualquer elemento deve possuir um respectivo prefixo e este último deverá estar ligado à uma URI, de forma a garantir sua unicidade. Na sequência, foi explicada a referência à taxonomia cuja função é servir de link entre a instância e a taxonomia com a qual ela deve ser entendida e validada. A necessidade de colocar a informação em contextos é a explicação para o quarto componente do documento de instância. Os contextos devem trazer informações sobre datas de referência e entidade. Complementando os contextos, as unidades servem para adicionar compreensão aos valores numéricos enviados na instância, geralmente utiliza-se a identificação da moeda nas unidades. Os fatos são os últimos componentes da instância e trazem a descrição dos conceitos associados a seus respectivos contextos, unidades e valores (monetários ou não). Em seguida, cada um destes componentes foi explicado em detalhes utilizando o documento de instância como exemplo.

Por fim, foi dado prazo para que uma versão preliminar da taxonomia fosse disponibilizada para consulta, ressaltando a importância da entrega das contas anuais por parte das unidades da federação não apenas em atendimento ao Art. 51 da LRF, mas também pela procura dessas informações.

Os pontos questionados pelos presentes foram:

1. Prazo de divulgação da taxonomia;
 2. Código a ser utilizado para identificar às instituições no Siconfi;
 3. Existência de projeto a respeito da uniformização da linguagem entre os diversos sistemas que coletam dados municipais;
- Em relação aos temas 1 e 2, houve compromisso com a divulgação dessas informações no próprio site do Siconfi. Já em relação ao ponto 3, foi explicado que existem conversas com os Ministérios da Saúde, Educação e Previdência para pensarmos formas de integração com o Siconfi. Além disso, foi destacado a iniciativa junto aos Tribunais de Contas de Goiás (TCM-GO), Minas Gerais (TCE-MG) e Mato Grosso do Sul (TCE-MS) para formatação de um projeto piloto pensando no compartilhamento de informações. Este último ponto foi devidamente esclarecido pelo representante do Instituto Ruy Barbosa – IRB e também servidor do TCM-GO, Sr. Roberto Coutinho. A Sra. Cátia Veiga da Associação Brasileira de Municípios – ABM, reforçou a necessidade de se ter uma política de prestação de contas dado o elevado custo que essa atividade representa. O representante da Paraíba pediu mais informações sobre a integração do Siconfi com o Ministério da Previdência para alinhamento do plano de contas a ser utilizado, e foi respondido pelo Sr. Thiago Castro, esclarecendo o erro na adoção do PCASP estendido.

O objetivo da apresentação é complementar a apresentação anterior a respeito do documento “Guia de Implementação” da taxonomia da Declaração das Contas Anuais - DCA. Para tanto, foi utilizada uma instância modelo da DCA (de municípios) para demonstrar e exemplificar os diversos componentes desse tipo de arquivo. A apresentação se iniciou com um breve resumo das apresentações anteriores, buscando evidenciar a cadeia lógica entre elas. Logo no início, foi esclarecido que não seria possível visualizar um documento de instância por completo, dado o seu tamanho. Foi feita a ressalva da unificação das receitas orçamentárias que em 2015 apresentará todas as receitas tributárias sem distinção da esfera da federação. Essa unificação traz consigo o risco de confusão no processo de digitação dos valores, contudo foi esclarecido que a taxonomia se utilizará de fórmulas para fazer a distinção entre os tributos estaduais e municipais (impedindo que o erro permaneça).

Os componentes de um documento de instância foram apresentados em sequência. O primeiro componente é a Declaração XML que tem como função identificar ao **parser** ou validador que a estrutura sintática a seguir deve ser compreendida sob a meta linguagem XML. Em sequência, o elemento raiz e a declaração de **namespaces** foram apresentados como segundo componente do documento de instância. Foi explicada a função do elemento raiz como necessidade de todo e qualquer arquivo escrito sob a meta linguagem XML e destacado que na especificação do padrão X-BRL, o elemento raiz sempre será <x-BRL>. A função da declaração de **namespaces** é identificar que todo e qualquer elemento deve possuir um respectivo prefixo e este último deverá estar ligado à uma URI, de forma a garantir sua unicidade. Na sequência, foi explicada a referência à taxonomia cuja função é servir de link entre a instância e a taxonomia com a qual ela deve ser entendida e validada. A necessidade de colocar a informação em contextos é a explicação para o quarto componente do documento de instância. Os contextos devem trazer informações sobre datas de referência e entidade. Complementando os contextos, as unidades servem para adicionar compreensão aos valores numéricos enviados na instância, geralmente utiliza-se a identificação da moeda nas unidades. Os fatos são os últimos componentes da instância e trazem a descrição dos

conceitos associados a seus respectivos contextos, unidades e valores (monetários ou não). Em seguida, cada um destes componentes foi explicado em detalhes utilizando o documento de instância como exemplo.

Por fim, foi dado prazo para que uma versão preliminar da taxonomia fosse disponibilizada para consulta, ressaltando a importância da entrega das contas anuais por parte das unidades da federação não apenas em atendimento ao Art. 51 da LRF, mas também pela procura dessas informações.

Os pontos questionados pelos presentes foram:

1. Prazo de divulgação da taxonomia;
2. Código a ser utilizado para identificar às instituições no Siconfi;
3. Existência de projeto a respeito da uniformização da linguagem entre os diversos sistemas que coletam dados municipais;

Em relação aos temas 1 e 2, houve compromisso com a divulgação dessas informações no próprio sítio do Siconfi. Já em relação ao ponto 3, foi explicado que existem conversas com os Ministérios da Saúde, Educação e Previdência para pensarmos formas de integração com o Siconfi. Além disso, foi destacado a iniciativa junto aos Tribunais de Contas de Goiás (TCM-GO), Minas Gerais (TCE-MG) e Mato Grosso do Sul (TCE-MS) para formatação de um projeto piloto pensando no compartilhamento de informações. Este último ponto foi devidamente esclarecido pelo representante do Instituto Ruy Barbosa – IRB e também servidor do TCM-GO, Sr. Roberto Coutinho. A Sra. Cátia Veiga da Associação Brasileira de Municípios – ABM, reforçou a necessidade de se ter uma política de prestação de contas dado o elevado custo que essa atividade representa. O representante da Paraíba pediu mais informações sobre a integração do Siconfi com o Ministério da Previdência para alinhamento do plano de contas a ser utilizado, e foi respondido pelo Sr. Thiago Castro, esclarecendo o erro na adoção do PCASP estendido.

7. Guia de implementação - DCA

Segundo Bruno Ventim, o guia de implementação para a entrega das contas anuais (DCA) de 2015 já está disponível no site do Siconfi. Este guia é um direcionamento para quem for trabalhar com o documento de instância XBRL para envio das informações.

A palestra passou pelos principais assuntos tratados no guia:

- Público-alvo: gestores públicos, contadores, desenvolvedores de software, entre outros.
- Escopo: definição de contexts, units e facts; criação de instâncias XBRL
- Referências: Plano de contas aplicado ao setor público - PCASP Dezembro/2013, Manual técnico de orçamento - MTO 2014, consórcio internacional W3C e a linguagem XBRL
- Visão do processo de negócio: base legal, produtos gerados a partir dos dados coletados e prazos para envio.
- Informações gerais: conceitos e termos utilizados na tecnologia XBRL.
- Estrutura básica da taxonomia Siconfi e da DCA: separação das camadas de definição e de relatórios e a composição da DCA (anexos).
- Estrutura básica de um documento de instância: componentes, boas práticas e conceito de documento bem formado.
- Informações sobre o Discoverable Taxonomy Set (DTS) que suporta o relatório: boas práticas e componentes.

Foram feitos os seguintes questionamentos:

1 – Além do guia, poderia ser disponibilizado um modelo de instância ou algum arquivo de instância que já tenha sido enviado para que se possa utilizar como referência?

Resposta:

Foi esclarecido que as validações da instância com a taxonomia podem ser feitas pelas ferramentas de construção disponíveis no mercado. Além disso, foram disponibilizados três arquivos de instância: sendo uma correta, uma incorreta e um modelo com os fatos em branco. Foi ressaltado que uma instância zerada não é válida.

Para a STN, é difícil gerar uma instância modelo que tenha valor para todos os elementos constantes na taxonomia por não existir um relatório que tenha todos estes valores (não tem lançamentos contábeis em todas as contas possíveis).

2 – As ferramentas mencionadas para validação das instâncias se assemelham mais a uma API, que vai se conectar direto com a linguagem de programação, ou a uma IDE, semelhante à utilizada pela STN para fazer as demonstrações? A STN pode recomendar alguma IDE?

Resposta:

Pode ser utilizada tanto uma ferramenta de construção de taxonomia para fazer a validação quanto a API que o resultado será o mesmo.

A STN prefere não recomendar ferramentas para evitar algum tipo de favorecimento ou para que não possa se caracterizar propaganda de algum dos fabricantes.

O senhor Paulo Caetano contribuiu com o seguinte comentário: “No site do XBRL.org tem uma lista com ferramentas de fornecedores não só de API mas também de ferramentas para se criar taxonomias e instâncias. A ferramenta ARELLE é software livre e uma open source do comitê europeu, desenvolvida em python e é uma boa ferramenta para se validar a instância. Não é IDE porque não é um ambiente de desenvolvimento. É uma ferramenta para criação de instâncias e taxonomias. Sobre as API, também tem algumas abertas ou livres mas não são tão robustas quanto aquelas que são pagas. No site do XBRL.org, pode se acessar o menu Tools que também tem um conjunto de fornecedores, tanto as ferramentas proprietárias quanto os softwares livres e open source.”

3 – Vagner, do GEFIN:

Como está sendo feito na União para tratar os dados do SIAFI para informar para o Siconfi? Vocês vão traduzir, vão criar uma ferramenta auxiliar, como vai ser feito este processo?

Resposta:

Ainda não tem nada formalmente acertado com o pessoal do outro lado do corredor, que é a CCONT mas como temos as ferramentas de edição de taxonomia no desktop e também temos a API, podemos ir tanto para um caminho quanto para o outro, seja fazendo manualmente uma instância, seja fazendo uma extração da base do SIAFI para gerar do relatório. Vai depender muito mais do esforço da contabilidade da União (CCONT) do que da contabilidade da Federação (CCONF), que é a área do Siconfi, mas é óbvio que estaremos lá para dar o suporte. Mas seria uma demanda deles (CCONT), não se diferencia em nada dos outros entes da Federação, que tem que se reportar no Siconfi.

4 – Maxuel:

Não sei se entendi direito mas quanto à questão da validação, qualquer ferramenta vai validar a taxonomia XBRL que eu fizer ou tem uma ferramenta própria que valida da forma que a STN está esperando este arquivo?

As ferramentas são construídas em obediência à especificação XBRL, que é mantida pelo consórcio. Então o que vai mudar é a forma como a qual uma ferramenta faz uma validação ou outra mas a validação é a mesma, o que a ferramenta vai fazer é entender a taxonomia que nós criamos e submeter o seu arquivo de instância a ela, para ver se as regras foram corretamente aplicadas ou não, independente da ferramenta. Esse é um dos grandes ganhos do XBRL: a regra não está no código da ferramenta, não está no código do Siconfi, a regra está na taxonomia e diferentes ferramentas podem entender esta taxonomia da mesma maneira. Então você faz o uso da ferramenta que você achar mais conveniente.

8. Introdução à MSC em x-BRL GL

O objetivo da apresentação era introduzir à Federação a discussão mais técnica a respeito de como representar a Matriz de Saldos Contábeis – MSC por meio do padrão X-BRL. Para contextualizar a necessidade de uma MSC a apresentação se iniciou resumindo os principais objetivos do Siconfi: tempestividade da informação, melhoria da qualidade e a disponibilidade da mesma. Em seguida, foram enumeradas às principais barreiras impostas à melhoria da qualidade da informação do setor público. Essas barreiras vão desde os sistemas de registro contábil, passando pela qualificação do profissional contabilista mas culminando pela inexistência de um plano de contas único e pouca harmonização do entendimento dos conceitos.

No que tange às oportunidades para melhoria da qualidade da informação, surge a nova contabilidade aplicada ao setor público que busca a harmonia metodológica, a uniformidade dos processos de registro e a criação de um plano de contas único. Além dessas oportunidades, a existência de um plano de contas único, permite à Federação discutir e harmonizar os conceitos presentes nos relatórios visando a construção de processos equânimes para apuração dos mesmos.

A matriz de saldos contábeis surge como forma de materializar a esperada melhoria da informação coletada pelo Siconfi e, conseqüentemente para a Federação. Ela possui uma estrutura semelhante à um balancete contábil e representa toda a movimentação e saldos para um determinado período de tempo. Neste ponto, foi esclarecido aos participantes do evento que a MSC será geralmente detalhada em contas de 5º nível, mas que eventualmente poderá ampliar para os demais níveis quando for necessário.

Na sequência foi apresentada a estrutura básica dos campos que compõem a MSC, bem como a representação dos mesmos em linguagem XML, conforme exigido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP. A utilização do modelo do TCE-SP foi necessária para demonstrar a similaridade da taxonomia X-BRL GL, que será utilizada na MSC, com a linguagem XML já bastante utilizada em outros sistemas. As conclusões da apresentação foram apresentadas na sequência e tinham como foco explicar semelhanças e diferenças da taxonomia X-BRL GL com a linguagem XML. Além disso, foram apresentadas as perspectivas futuras quanto ao Siconfi e a MSC, onde se estima que as contas anuais do exercício de 2015 já poderão ser coletadas por meio da MSC.